



DISCURSIVA-ESTUDO DE CASO

Instruções Gerais:

Conforme Edital publicado. Capítulo 8: 8.5 A Prova Discursiva-Estudo de Caso terá caráter **classificatório e eliminatório** e será avaliada na escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, obedecidos os critérios de avaliação, considerando-se habilitado o candidato que nela obtiver nota igual ou superior a 60 (sessenta). 8.6 Será atribuída nota ZERO à Prova Discursiva-Estudo de Caso nos seguintes casos: 8.6.1 for assinada fora do local apropriado; 8.6.2 apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato; 8.6.3 fugir à modalidade de texto solicitada e/ou ao tema proposto; 8.6.4 estiver em branco; 8.6.5 apresentar letra ilegível e/ou incompreensível; 8.6.6 apresentar texto sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento de texto escrito fora do local apropriado. 8.7 Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção da Prova Discursiva-Estudo de Caso pela Banca Examinadora.

QUESTÃO 1 (Valor: 100,00 pontos)

Uma empresa do setor de energia elaborou projeto para construção de uma termoeletrica de grande porte em uma de suas propriedades. No Termo de Compensação e Recuperação Ambiental – TCRA que firmou, ficou estabelecida obrigação de compensação do impacto ambiental mediante, dentre outras providências, a aquisição direta de imóveis abrangidos por determinada unidade de conservação para fins de transferência ao ente público que a criou. Assim, ao invés da obrigação se consubstanciar em recursos em espécie para posterior utilização pelo poder público, o empreendedor ficaria responsável pela aquisição das áreas específicas, destinando-as para o ente público criador da unidade de conservação indicada. Além disso, ficou estabelecido que, não obstante caiba ao ente público a gestão, operação e manutenção da unidade de conservação, caberia ao empreendedor a responsabilidade material e financeira pela recomposição e recuperação da cobertura vegetal dos imóveis adquiridos.

Com base no caso descrito, responda, de forma fundamentada:

- a. Como se estabelece a competência para licenciamento ambiental e qual poderia ser o ente público licenciador competente para o caso descrito?
- b. Em qual(is) procedimento(s) e respectiva(s) fase(s) as medidas compensatórias em decorrência da instalação de empreendimentos causadores de impacto ambiental devem ser estabelecidas? Há a(s) autorização(ões) específica(s) necessária(s)?
- c. Há fundamentação normativa para a compensação ambiental descrita?
- d. De qual modalidade de unidade de conservação pode estar tratando o caso proposto?
- e. Há uma medida ou providência que poderia ter sido prevista pelo órgão licenciador e/ou pelo ente público que receberá as áreas, diante de superveniente nulidade da aquisição da propriedade pelo empreendedor, fato que ensejaria também a nulidade da transmissão ao ente público, para que a compensação ambiental não beneficiasse somente o empreendedor?

(Utilize as linhas abaixo para rascunho)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	



19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	

PROVA

NÃO ESCREVA NESTE ESPAÇO